

Panorama das modalidades de acesso em RIS: aplicação nas UFES do Brasil

Elaine Cristina de Freitas
Bibliotecária - UFPE
elaine.freitas@ufpe.br

Majory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda
Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais
Docente do PPGCI-UFPE
majory.oliv@ufpe.br

Recebido em: 27/01/2023
Aceito em: 28/03/2023

Resumo

O acesso aberto à informação, norteado em duas estratégias: a Via Dourada (Golden Road) e a Via Verde (Green Road), instituiu um novo paradigma na comunicação científica, até então dominada por editores científicos comerciais. A abertura do acesso à informação científica possibilitou, quase que imediato, que os resultados de pesquisas acadêmicas contidas nos trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações e teses que agora estão armazenados nos Repositórios Institucionais das Universidades fossem acessados pela comunidade científica em geral. O objetivo da pesquisa é apresentar um panorama das modalidades de acesso aplicadas nos documentos submetidos nos Repositórios institucionais das universidades federais brasileiras. Quanto aos métodos, a pesquisa é classificada como descritiva e utilizou a técnica pesquisa documental. O universo da pesquisa é composto pelas 22 Universidades Federais de Ensino Superior no Brasil, que atenderam ao Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009 e ainda que na atualidade possuem política de informação do repositório. Os dados foram coletados por meio da análise das *homepages* das bibliotecas centrais, *sítios* dos repositórios, documentos oficiais das Universidades (manuais, termo de autorização de depósito). Os resultados indicam que as modalidades de acesso aos documentos depositados nos repositórios dessas instituições variam quanto à temporalidade, a proporção do texto que pode ser embargado e os tipos de licenças públicas aplicadas.

Palavras-chave: repositórios institucionais; modalidades de acesso; acesso à informação.

An overview on IRs access modes: application on Brazilian UFES

Abstract

The open access to information, guided by two strategies: Via Dourada (Golden Road) and Via Verde (Green Road), instituted a new paradigm in

scientific communication, still dominated by commercial scientific publishers. The opening of access to scientific information made it possible, almost immediately, for the results of ongoing academic research to be completed in graduation courses, dissertations, and theses that are now stored in the Institutional Repositories of the Universities that are accessible by the general scientific community. The objective of the research is to present an overview of the access modalities applied to the documents submitted to the Institutional Repositories of the Brazilian federative universities. Regarding the methods, the research is classified as descriptive and used the documentary research technique. The research universe is made up of 22 Federal Universities of Higher Education in Brazil, which will attend the FINEP/PCAL/XBDB 002/2009 Publishing House even though they currently have a repository information policy. The data were collected by means of the analysis of the homepages of the central libraries, sites of the repositories, and official documents of the Universities (manuals, deposit authorization term). The results indicate that the modalities of access to the documents deposited in the repositories of the institutions vary in terms of time, the proportion of the text that can be seized, and the types of public licenses applied.

Keywords: institutional repositories; access modalities; access to information.

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000 “o movimento em favor do acesso aberto à informação científica” transformou o modo de condução da comunicação científica, que, até então, era dominada por editores comerciais. Norteado em duas estratégias: a Via Dourada (Golden Road) e a Via Verde (Green Road) que envolvem respectivamente a publicação em periódicos eletrônicos de acesso aberto e o autoarquivamento de artigos científicos já publicados em repositórios de acesso aberto.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) foi o grande incentivador do movimento do acesso aberto, com destaque ao lançamento em 2005, do Manifesto brasileiro de apoio ao Acesso Aberto à informação científica e para o lançamento, em 2009, do projeto piloto IBICT FINEP/PCAL/XBDB que possibilitou a implantação de mais de 40 repositórios institucionais em diversas universidades e instituições de pesquisa.

Em 2006, o Ministério da Educação, em sua portaria de nº 13, determinou que os Programas de pós-graduação reconhecidos devem exigir de seus pós-graduandos a entrega de suas dissertações e teses, em formato eletrônico, simultaneamente a versão impressa, e que a versão digital dos trabalhos deveriam estar acessíveis ao público por meio da Internet em sítio próprio, ou na inexistência desse, num sítio digital indicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 2018 essa portaria foi revogada, todavia as instituições públicas de ensino superior permanecem condicionando a concessão da titulação de mestre e doutor a disponibilização de um cópia digital dos trabalhos.

Segundo Leite et al (2012), um repositório institucional tem a função de reunir, armazenar, organizar, preservar, recuperar e, sobretudo, promover a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição, o mesmo autor descreve que os RIs não concorrem com os Periódicos científicos, e sim complementam e potencializam a função dos periódicos científicos, repositórios não publicam e sim tornam os conteúdos públicos e acessíveis, e ao contrário do que muitos pesquisadores pensam, os repositórios não aumentam a possibilidade de plágio e sim facilitam a sua descoberta.

A partir dos anos 2000, com a implantação das Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD), as instituições iniciaram um processo gradual de migração do suporte em que os trabalhos acadêmicos deveriam ser entregues. Passando a ser entregues também com uma versão digital, acondicionados em CD's ou DVD's, para ser depositada nas BDTD's. Após a

implantação dos repositórios, as universidades migraram a base da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações para os seus repositórios institucionais.

Atualmente, os trabalhos em formato físico quase não são mais exigidos e, algumas instituições já possibilitam que o próprio autor realize o depósito remotamente, o autodepósito. Seja qual for a forma de depósito, se mediado ou autodepósito, o autor deve autorizar que a Universidade disponibilize o conteúdo do seu trabalho, gratuitamente, sob uma licença pública *Creative Commons*, a obra continua protegida pela lei nº. 9610/98 referente ao direito autoral e/ou por outras leis aplicáveis.

Teses e dissertações têm, em sua maioria, seus resultados convertidos em artigos científicos, assim, dispor o conteúdo total da pesquisa na *internet* confrontou-se com as condições de submissão dos periódicos científicos que exigem que o documento a ser publicado seja original e inédito, a solução então é aplicar embargos temporários.

No processo de depósito, as instituições possibilitam que os autores optem pela modalidade de acesso: acesso aberto - onde o conteúdo fica disponível integralmente; acesso embargado/restrito - o documento fica com seu conteúdo indisponível no Repositório por um período de tempo definido pela Instituição ou, até mesmo, pelo próprio pesquisador. Esse período de embargo permite que o pesquisador submeta, conclua uma submissão de um artigo científico em algum periódico especializado ou finalize a publicação de livro que tenha como base sua tese ou dissertação.

Isto posto, chegamos ao problema da pesquisa: como as universidades públicas federais de ensino superior conduzem as modalidades de acesso dos documentos submetidos nos Repositórios institucionais? Após a definição do problema da pesquisa teremos como objetivo geral: apresentar um panorama das modalidades de acesso aplicadas aos documentos submetidos nos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras.

Essa pesquisa tem como foco de análise as práticas de acesso aplicadas às teses e dissertações que são armazenadas nos RIs das Universidades Públicas Federais de ensino que foram contempladas com kit tecnológico do projeto piloto IBICT FINEP/PCAL/XBDB e que possuem políticas de informação.

2 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Até meados do século XX, os editores científicos comerciais detinham o monopólio sobre a produção científica, eles que estipulavam preços (muitas vezes excessivos), e impunham barreiras de permissão de acesso nos resultados das pesquisas, que em sua maioria eram financiadas com recursos públicos.

Conforme relata Mueller (2006) o sistema de comunicação científica mundial que desfrutava de uma aparente estabilidade estremeceu quando a chamada crise dos periódicos estourou, em meados da década de 80, as bibliotecas universitárias e de pesquisas norte-americanas não conseguiam manter coleções de periódicos atualizados, isso devido à cobrança exorbitante das editoras que a cada ano atualizavam seus valores.

Com a crise constituída, outros meios que possibilitavam a disseminação da produção científica foram procurados, assim foi a inquietação da comunidade acadêmica com a hegemonia dos periódicos científicos e os avanços tecnológicos (especialmente a tecnologia dos arquivos abertos), que fizeram surgir o conceito de acesso aberto. Nesse contexto, a partir do início dos anos 2000, várias ações mundiais¹ como o Movimento de Acesso Aberto (Open Access Movement - OAM) e a Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative* - OAI) visavam “promover modelos eficientes de armazenamento, disseminação, visibilidade e acesso aos conteúdos científicos (MURAKAMI; FAUSTO, 2013, p. 186).

¹Esses movimentos mundiais expandiram-se, fundamentados por manifestos como a Declaração de Budapeste, proposta na reunião Budapest Open Access Initiative – BOAI, em 2002; e as Declarações de Bethesda e de Berlim, ambas afirmadas em reuniões ocorridas em 2003 (WEITZEL, 2006)

O pressuposto de apoio ao acesso aberto requer que não haja barreiras financeiras, legais ou técnicas, além daquelas próprias do acesso à internet. A única restrição à reprodução e distribuição deve ser em função do *copyright* em que os autores devem ter controle sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2001).

A promoção do acesso aberto é realizada por pesquisadores que não tem expectativa de pagamento, e sua operacionalização está vinculada a duas estratégias principais: publicação em periódicos científicos de acesso aberto (via dourada/*golden road*) e autoarquivamento em repositórios digitais RD's (via verde/*green road*), contido neste último estão os repositórios institucionais, objeto de investigação dessa pesquisa.

Antes de introduzir o conceito de repositório, uma breve explicação sobre a Iniciativa dos Arquivos Abertos – Open Archives Initiative (OAI) que foi instituído, em 1999, para debater sobre a cooperação entre arquivos acadêmicos de *e-print*, era uma proposta de transformação na comunicação científica, para isso foi proposto a definição de aspectos organizacionais e técnicos de uma estrutura de publicação acadêmica aberta na qual as camadas gratuitas e comerciais podem ser estabelecidas, era preciso debater e resolver as questões de interoperabilidade no autoarquivamento do autor.

A solução encontrada foi desenvolver um conjunto de padrões técnicos e tecnológicos (incluindo a OAI-PMH, padrão de metadados etc.) que fosse capaz de sustentar uma infraestrutura para publicação na web. O modelo de OAI prevê alguns procedimentos e ferramentas de apoio como: autodepósito realizados pelos autores, a padronização dos metadados na descrição, o acesso livre a produção científica e o Protocolo OAI que viabiliza a interoperabilidade entre arquivos diferentes e permite a recuperação e compartilhamento das informações.

A expressão “repositório digital” no âmbito do movimento de acesso aberto é empregada para designar os variados provedores de dados que constituíram vias alternativas para a comunicação científica.

Conforme menciona Leite (2009), os repositórios digitais podem ser divididos em três tipos: repositórios temáticos ou disciplinares, que são voltados a comunidades científicas específicas; repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation — ETDs*), que lidam exclusivamente com teses e dissertações; e os repositórios institucionais que são voltados à produção intelectual de uma instituição.

Para Crow (2003) repositório institucional (RI) é um arquivo digital do produto intelectual criado pelo corpo docente, equipe de pesquisa e alunos de uma instituição e acessível a usuários finais dentro e fora dela.

A criação de um repositório abrange um número de atividades que englobam aspectos políticos, legais, educacionais, culturais e alguns componentes técnicos importantes. Para viabilizar a implantação de um RI adequado a políticas e modelos específicos e que, ao mesmo tempo, atenda as diversidades de suas comunidades, é necessário que o *software* escolhido apresente versatilidade, capacidade de expansão e de integração a outros programas (SAYÃO; MARCONDES, 2009).

Dentre as plataformas de software para implantação de RI's destacassem: *e-prints*, Fedora, OPUS e Dspace. Esse último é amplamente utilizado nas Universidades Federais Brasileiras, pois foi o software disponibilizado para as Instituições contempladas com o edital do FINEP/PCAL/XBDB.

Segundo o Opendoar (Directory of Open Access Repositories), o Brasil ocupa 9ª posição, possuindo atualmente 169 repositórios de acesso aberto. O ROAR (Registry of Open Access Repositories) registra 186 repositórios no Brasil.

A caminhada até chegar a esses números iniciou em 2003, com a implantação pelo Ibict da BDTD², que nasce com a missão de “viabilizar a criação de um consórcio de publicações eletrônicas com a finalidade de localizar e disponibilizar teses e dissertações produzidas no Brasil” (CUNHA, MCCARTHY, 2005, p.33).

A implantação da BDTD possibilitou a disseminação e visibilidade da produção científica acadêmica tanto nacionalmente como internacionalmente, uma vez que a BDTD tem seus metadados coletados pelo sistema internacional Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) e pelo agregador (OAI service provider) BASE – Bielefeld Academic Search Engine da Bielefeld University Library. Kuramoto (n.p., 2011) assegura que “[...] todas as inovações tecnológicas introduzidas na BDTD a tornou um projeto pioneiro, não apenas no Brasil, mas em todo o hemisfério sul.”

Em 2009, o edital Finep/PCAL/XBDB n. 002/200, lançado em 17/04/2009 tinha como objetivo:

Apoiar projetos de implantação de repositórios institucionais (RI) nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa e sua integração ao Portal Oásis.Br, com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção científica destas instituições e proporcionar maior visibilidade à sua produção científica (IBICT, 2009, n.p.).

As instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa elegíveis, receberam kits tecnológicos, em regime de comodato, compostos por: 1 (um) servidor, pré-formatado e configurado com: sistema operacional baseado na plataforma UNIX/LINUX; software básicos: *Apache*, *MySQL* e *PHP*; *Software*: *Dspace* e *SEER*.

O surgimento dos repositórios institucionais foi muito importante para a democratização do acesso à produção científica, antes restrita aos periódicos científicos. Leite (2009) cita que um RI traz benefícios para o pesquisador, pois aumenta a visibilidade de suas descobertas científicas; para os administradores acadêmicos, já que provê novas oportunidades para o arquivamento e preservação dos trabalhos em formato digital; para a instituição, porque favorece o uso e reuso de informações produzidas; e para a comunidade acadêmica, uma vez que contribui para a colaboração na pesquisa, por meio da facilitação de troca livre de informação científica.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como descritiva, esses tipos de pesquisas são caracterizadas por conhecer e descrever uma determinada população com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis, as pesquisas de cunho descritivo exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar (GIL, 2008 ; TRIVINOS, 1987).

A técnica utilizada para levantamento de dados dos resultados foi a pesquisa documental. Prodanov; Freitas (2013, p. 56) descrevem que a pesquisa documental se destaca quando permite “organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.” Assim, as fontes utilizadas para coleta de dados são classificadas como fontes de primeira mão, assim as *homepages* das bibliotecas centrais, *sítios* dos repositórios, documentos oficiais das Universidades (portarias, manuais, termo de autorização de depósito) foram examinadas para compor os dados da pesquisa.

Para demonstrar como os repositórios institucionais das Universidades Federais brasileiras praticam a restrição do conteúdo dos itens submetidos a arquivamento, o universo da pesquisa será composto pelas Universidades Federais de Ensino Superior que atenderam ao

² Segundo (CUNHA; MCCARTHY (2005, p.33) “A implantação da BDTD remonta a 1995, quando o Ibict integrou, em uma só base de dados, as referências bibliográficas de teses e dissertações de 17 universidades brasileiras”.

Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009 e ainda que, na atualidade, possuem política de informação do repositório.

A escola desse universo de pesquisa desenrolou-se porque as Instituições contempladas pelo edital, foram as precursoras na implantação de repositórios, assim seria o ponto de partida para entender a implantação das políticas de restrição de conteúdo, qual o critério para a determinação do tempo de embargo de um item e como esse tema de embargo é abordado no documento norteador dos RIs, as políticas de informação.

Considerando que a formulação de uma política de informação deve ser realizada ainda na fase de planejamento do RI e que ela irá definir os objetivos, os serviços ofertados, a equipe responsável pela implantação e manutenção, os tipos de materiais que poderão ser armazenados e o prazo para o depósito do material no Repositório (LEITE et al 2012), os RIs, dentre a amostra inicial, que não possuíam políticas de informação disponibilizada em seus endereços eletrônicos foram excluídos da pesquisa. Assim sendo, a amostra final foi composta por 22 Universidades Federais de Ensino Superior: Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Todos os dados foram coletados nos meses de maio de 2022.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No levantamento realizado com as políticas das instituições como fonte de pesquisa observou-se que 10 universidades (UFSC, UFV, UFVJM, UFOP, UFF, UFBA, UFC, UFS, UFRN e UnB), não mencionam em suas políticas sobre embargos de itens ou quais as modalidades de acesso é permitida no depósito, 8 universidades (UFGD, UFPE, UFT, UFPA, UFCar, FURG, UFRGS e UTFPR) mencionam a que o autor poderá optar por permitir o tipo de acesso e 4 (Ufes, UFU, Unifesp e Ufal) instituições apresentaram em suas políticas além da possibilidade do autor permitir o tipo de acesso a obra, definem o prazo permitido de embargo e se há possibilidade de prorrogação. A Ufes, além de na política já fazer menção a modalidades de acesso possui também uma portaria normativa que dispõe sobre a prática de embargos de TCC, dissertação, tese e demais produções intelectuais.

Constatado a insuficiência de informações, outras fontes foram consultadas para esclarecimentos sobre a prática de embargos empregadas nas demais Instituições, assim durante o período de 05 a 17 de maio de 2022, foram realizados acessos aos sites das Universidades, bibliotecas centrais e dos Repositórios para levantamento de informações em documentos auxiliares (termo de autorização de depósitos, resoluções, instruções normativas, manuais) ou nas perguntas frequentes, quando existentes. Nenhuma instituição foi contactada sobre a aplicação das restrições de acesso, pois buscamos identificar através de documentos (portarias, normativas, resoluções) ou informações disponíveis online (manuais, termos de autorização de depósito, perguntas frequentes) como o tema é retratado.

Para uma melhor visualização, dois quadros foram produzidos: um apresenta como a prática de embargos são abordadas nas políticas de informação dos RIs (Quadro 1).

Quadro 1 - Modalidades de acesso nas políticas institucionais

INSTITUIÇÃO	MENÇÃO SOBRE RESTRIÇÃO
<p>FURG Resolução Nº 005/2010 Conselho Universitário em 16 de abril de 2010</p> <p>Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da FURG – PII FURG.</p>	<p>§ 3º A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.</p>
<p>UFRGS Portaria 1036, de 11 de março de 2010, Institui a Política Institucional de Informação para o Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p>	<p>Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.</p>
<p>UTFPR Política de Informação do Repositório Institucional da UTFPR, outubro de 2009</p>	<p>5. na impossibilidade de divulgação no RI da versão publicada, devido às cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a realize o depósito com embargo* pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;</p> <p>* Para efeito deste documento, considera-se “depósito com embargo” aquele realizado com restrições de publicação e que estará disponível on-line após o prazo determinado.</p>
<p>Ufes Portaria nº 225, de 26 de fevereiro de 2019 Estabelece o Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RIUFES) como Ferramenta de Registro e Disseminação da Produção Intelectual</p>	<p>Art. 14. Os documentos cujos conteúdos integram resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou que tem previsão de serem publicados em livros, ou artigos que serão publicados com fins comerciais, poderão ser depositados de forma embargada ou de forma parcial (por tempo limitado).</p> <p>Art. 15. Para depósito de produção intelectual de forma embargada, o(s) autor(es) e o orientador principal, quando houver, deverão:</p> <p>III - Especificar o prazo de embargo (no máximo, 3 anos);</p>
<p>Ufes Portaria Normativa nº 07, de 14 de abril de 2021. Dispõe sobre embargos de TCC, dissertação, tese e demais produções intelectuais por necessidade de sigilo, proteção de inovação tecnológica passível de patente ou fins comerciais.</p>	<p>Art. 2º</p> <p>§ 1º Nos casos de embargos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação e equivalentes, Dissertações ou Teses, os pedidos devem chegar a DIT/PRPPG com antecedência mínima de 60 dias em relação à data prevista da defesa, para análise e emissão de parecer.</p>

<p>UFU Portaria reito nº 312, de 28 de março de 2022. Estabelece a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia - RI-UFU</p>	<p>2º Nos casos previstos nos incisos I a IV do caput, o autor poderá solicitar o embargo (liberação parcial) do trabalho, pelo prazo de dois anos a partir da data de autorização do depósito no RI UFU. Para a renovação deste prazo, o autor deverá manifestar-se junto ao setor responsável pelo RI UFU. Caso não houver manifestação, o texto completo do objeto digital será disponibilizado integralmente.</p>
<p>UFF Norma de serviço, nº 665 de 03 de janeiro de 2017 Institui a política para depósito de produção técnico-científica no repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense – RIUFF.</p>	<p>não menciona possibilidade de embargo Parágrafo único. Qualquer obra intelectual será considerada como acesso aberto, caso não esteja sujeita a qualquer determinação legal de sigilo ou restrições para disponibilização ao público geral.</p>
<p>UFSCar Política do Repositório Institucional da UFSCar</p>	<p>Art. 2º O RI-UFSCar será composto por toda a produção intelectual da universidade. § 3 A produção intelectual que possua restrições legais quanto a sua disponibilização integral deverá ser depositada na forma de metadados até o término de vigência da restrição, sendo posteriormente disponibilizados em acesso aberto.</p>
<p>Unifesp PORTARIA REITORIA nº 4845 de 18 de dezembro de 2017</p>	<p>Art. 12 Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela Unifesp deverá ser depositada no Repositório Institucional imediatamente após sua aprovação para publicação, com direito de embargo por aqueles que se enquadrem no art. 14 podendo ser: I – por 6 (seis) meses; II - por 12 (doze) meses; III - por 18 (dezoito) meses; IV – por 24 (vinte e quatro) meses.</p>
<p>UFPA Política de Repositório Digital</p>	<p>Art. 16º Os artigos científicos publicados em periódicos poderão integrar os Repositórios Digitais da UFPA, observando-se o período de embargo definido pelo periódico ou as cláusulas contratuais que estabelecem restrições.</p>
<p>UFT Resolução do CONSEPE , 05/2011 Dispõe sobre a criação e regulamentação do repositório Institucional (RI/UFT) e da Biblioteca Digital de teses e dissertações da Universidade Federal do Tocantins (BDTD/UFT)</p>	<p>Artº 7. Os autores poderão optar por: I - permitir o acesso ao conteúdo integral (arquivo e acesso livre); II - permitir o acesso aos metadados incluindo o abstract (arquivo); III- definir um período de embargo ; IV - Permitir o acesso apenas a uma parte do conteúdo do arquivo.</p>
<p>Ufal Resolução Nº 45/2016-CONSUNI/UFAL, de 07</p>	<p>Art. 15 - § 1º - A publicação poderá ser feita de forma total ou</p>

<p>de novembro de 2016. Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional Da UFAL (RI/UFAL).</p>	<p>temporariamente parcial, a critério do autor. § 2º - Caso o autor opte pela publicação parcial, sua produção científica ficará embargada (restrita) pelo período de 01 (um) ano, a partir da data de autorização da publicação, salvo o resumo e os metadados (elementos referenciais) que ficarão sempre disponibilizados, em cumprimento à Portaria nº 13/2006 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). § 3º - A prorrogação do prazo de embargo, mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita no transcurso do primeiro ano da publicação, sendo necessária a justificativa junto ao RI/UFAL. § 4º - A ausência de requerimento da prorrogação do mencionado prazo implicará na liberação imediata e automática de todo o conteúdo da produção científica.</p>
<p>UFPE Resolução 06/2017 Instituiu a Política de Informação do repositório digital da Universidade Federal de Pernambuco, publicada em 20 de dezembro de 2017</p>	<p>Art. 7º § 3º - Fica facultado ao autor a escolha da modalidade de acesso ao conteúdo depositado, mediante termo de depósito.</p>
<p>UFGD Resolução nº. 54 de 01 de julho de 2010. Aprova a Política Institucional para Divulgação das Produções Científicas e Técnicas - Repositório Institucional da UFGD.</p>	<p>Os autores poderão optar por: - permitir o acesso ao texto integral (arquivo e acesso livre); - permitir o acesso aos metadados incluindo o abstract (arquivo); - definir um período de embargo.</p>

Fonte: A autora (2022)

O Quadro 2 é composto por informações retiradas de fontes documentais diversas (manual, termo de autorização, perguntas frequentes) disponíveis nos *websites* dos repositórios e/ou bibliotecas centrais das Universidades.

Quadro 2 - Modalidades de acesso em fontes documentais diversas

INSTITUIÇÃO	MENÇÃO SOBRE RESTRIÇÃO
<p>UFRGS Termo de autorização para disponibilidade de tese, dissertação, trabalho de conclusão de mestrado ou de especialização no lume - repositório digital da UFRGS</p>	<p>(A divulgação do documento digital é uma exigência da CAPES, disciplinada pela Portaria nº 013, de 15/02/2006) No item “3 Autorização para disponibilização no Lume - Repositório Digital da UFRGS” apresenta a opção de texto completo e texto parcial (com espaço para justificativa) e solicitando que o autor informe a data para que o item fique disponível.</p>
<p>UTFPR Instrução Normativa nº 10/2020, de 17 de agosto de 2020 (Teses e</p>	<p>Teses, dissertações e TCCs seguem mesma com restrição de acesso ao texto completo por 18 meses a partir da data de defesa.</p>

dissertações) Instrução Normativa PROGRAD/UTFPR Nº 8, de 26 de novembro de 2021 (TCC)	
UFSC Resolução Normativa Nº 46/2019/Cpg, de 27 de junho de 2019	Artº 7 §2º Em caso de restrição temporária do trabalho de conclusão de curso para fins de publicação de livro ou de artigo em periódico, o período de embargo é limitado em, no máximo, um ano.
UFV Instruções para Submissão de Trabalhos para o Repositório Institucional (Locus) Disponível na homepage do RI, aba documentos e regulamentos .	Poderá ser solicitado o embargo do arquivo digital por motivo de sigilo, que poderá ser mantido por até um ano a partir da data da defesa, prorrogável. Após esgotado este prazo, caso não haja manifestação contrária, o arquivo será disponibilizado automaticamente pelo sistema LOCUS; (mesma regra para teses, dissertações e TCCs).
UFVJM Termo de Autorização para disponibilização e licenciamento de Dissertações e Teses e Monografias de especialização no Repositório Institucional da UFVJM.	⁴ Todo trabalho confidencial deve acompanhar justificativa, e data limite ou período de restrição.
UFOP Termo de autorização	Opção de restringir o acesso por um ano *Em caso de restrição de mais de um ano, esta poderá ser mantida mediante justificativa do Coordenador do Programa ou Departamento.
UFSCar Manual de auto depósito de teses e dissertações	O conteúdo de uma tese ou dissertação pode estar protegido por embargo, que consiste no período entre o depósito e a liberação do texto para acesso público. Este período varia de meses a anos e, nestes casos, a tese ou dissertação deve ser depositada, ficando restrito o acesso ao conteúdo até que o embargo esteja vencido. 26. Acesso embargado até uma data específica: Informe a data final de embargo, utilize o formato dia, mês e ano (dd/mm/aaaa) ou clique no ícone “calendário” no campo e selecione a data. 27. Razão: Informe o motivo para o período de embargo.
UFPA Termo de autorização e declaração de distribuição não exclusiva para publicação digital no portal institucional de acesso aberto da UFPA	3. Informação de disponibilização do documento: Restrição para publicação: () Total* () Parcial* () Sem restrição * Não será disponibilizado, somente após a data informada neste termo, se houver

<p>UFT Termo de autorização</p>	<p>não há menção sobre o tempo de embargo ; no termo apresenta opção de escolher capítulos que serão embargados , sem definição de data de liberação;</p>
<p>UFBA Homepage do RI - Perguntas Frequentes - Repositório Institucional</p>	<p>Os trabalhos ficarão restritos e/ou embargados por um período de até 02 anos.</p>
<p>UFC Autorização para disponibilizar documentos digitais nos repositórios digitais da biblioteca universitária/UFC.</p>	<p>O autor deve informar a partir de qual data o texto completo poderá ser disponibilizado no repositório institucional (respeitando o limite de dois anos).</p>
<p>UFRN Tutorial para Depósito de TCC</p>	<p>Para TCC o tempo de embargo é definido pelo autor com autorização do orientador;</p>
<p>UFPE Termo de Autorização de depósito</p>	<p>A restrição (parcial ou total) será mantida por um período de 2 anos a partir da data de autorização, de acordo com a RESOLUÇÃO No 3/2007 – CCEPE Art. 3 §1º. A prorrogação deste prazo requer justificativa junto à BDTD (BC/UFPE) em tempo hábil, ou seja, antes de findar o período acima citado. Não havendo manifestação, a modalidade TEXTO COMPLETO da obra será ativada;</p>
<p>UnB Termo de Autorização de depósito</p>	<p>Observações: 1 É imprescindível o envio do arquivo em formato digital do trabalho completo, mesmo em se tratando de disponibilização parcial. 2 A solicitação de disponibilização parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo autor do trabalho, que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização e documentos que comprovem a necessidade da restrição da parte do conteúdo do trabalho. 3 A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da disponibilização. 4 A extensão deste prazo suscita justificativa formal junto à Biblioteca Central (BCE e ao Decanato de Pós-Graduação (DPG) . 5 O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.</p>
<p>UFGD Orientações para preenchimento do termo de autorização</p>	<p>Item 6 INFORMAÇÕES DE ACESSO</p> <p>4.2 Publicação imediata: Não, somente após o dia: Especificar data para publicação. Esta opção pode ser utilizada para pesquisas que possuam artigos no prelo para publicação, isso quando a revista exigir que o documento seja inédito, ou também para documentos estejam sujeitos a patente.</p>

Fonte: A autora (2022)

Na FURG, UFF e UFS não foi localizada menção a restrição de acesso em nenhum

documento ou no site dos repositórios.

A Ufes além de mencionar na Política de informação sobre embargos, possui um Portaria Normativa específica que dispõe sobre embargos de TCC, dissertação, tese e demais produções intelectuais por necessidade de sigilo, proteção de inovação tecnológica passível de patente ou fins comerciais.

Uma outra característica identificada diz respeito ao tempo que um documento ficará com acesso restrito/embargo nos repositórios, os prazos quando são definidos pelas próprias instituições apresentam uma variação temporal que vai de um a três anos. A outra característica encontrada são as instituições que permitem que o próprio autor defina o período que o documento ficará embargado.

Quadro 3 - Temporalidade dos embargos

UNIVERSIDADE	TEMPO DE EMBARGO
UFSC, UFV, UnB, UFAL, UFOP	Um ano
UTFPR	18 meses
UFBA, UFPE, UFU	Dois anos
UFes	máximo três anos
UFC	O autor define uma data com limite máximo de dois anos
UFGD, UFPA, UFRGS, UFRN, UFSCar, Unifesp	O autor define uma data

Fonte: A autora (2022)

Na UFF, UFT, UFVJM, UFS e FURG não foi possível identificar periodicidade sobre embargos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da implantação dos repositórios, herança das práticas da BDTD, as instituições praticaram uma política mista de depósito das teses e dissertações no que se refere ao formato do material, além da tradicional cópia física, que eram depositadas geralmente na biblioteca setorial do Centro acadêmico ao qual o Programa de pós-graduação estava subordinado, uma cópia digital também era solicitada e quando necessário, apenas essa cópia era embargada, atualmente as cópias físicas quase inexistem nas bibliotecas.

Restringir o acesso é uma solução para os autores que ainda irão submeter, ou estão em processo de submissão de artigos derivados de seu trabalho acadêmico, em periódicos científicos. Apesar de ser uma prática comum, pelos dados obtidos e resultados alcançados é possível afirmar que a maioria das instituições ainda não definem em suas políticas todas orientações adotadas no que tange às modalidades de acesso dos documentos submetidos.

Portanto, além de poder afirmar que a Política de Informação é fundamental para a utilização eficiente do RI, também é necessário apontar que a recomendação é para que as Universidades em suas políticas definam além das modalidades de acesso, se aberto ou embargado, também orientem de que modo o acesso embargado pode acontecer, definindo o período de embargo e a possibilidade de prorrogação, informe se será necessário uma justificativa para solicitar o embargo, qual a proporção do texto que poderá ter o acesso restrito e, se existe possibilidade de acesso mediante autorização do autor.

REFERÊNCIAS

BUDAPEST Open Access Initiative. 2001. Disponível em:

<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; MCCARTHY, Cavan. Estado atual das bibliotecas digitais no Brasil. In: MARCONDES, Carlos H. (Org.) et al. **Bibliotecas Digitais: saberes e práticas**. Salvador, Brasília: UFBA; IBICT, 2005. p. 25-53. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1426/1/CAPITULO_EstadoAtualBibliotecasDigitaisBrasil.pdf. Acesso em : 03 jan. 2023.

CROW, R. **The case for institutional repositories: a SPARC position paper**. Washington, DC: ARL, 2002a. Disponível em:

https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls690_109/Readings/Crow2002-CaseforInstitutionalRepositoriesSPARCPaper.pdf. Acesso em: 3 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict). **Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB Nº 003/2009**. 2009. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OZuKmfI0tfQJ:https://kuramoto.files.wordpress.com/2010/05/proposta-de-redacao-da-segunda-chamada-do-edital-de-distribuicao-de-kits-pcal-xbdb-2010-1.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 12 jun 2022.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**.

Brasília: Ibict, 2009. Disponível em:

<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf> .

Acesso em: 26 set 2022.

LEITE, F. C. L. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. 34 p. Disponível em:

<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%a1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%adfica.pdf> . Acesso em: 20 abril 2022.

MUELLER, S. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/nGD3MkKfNxtjnnWshf3YVjP/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 29 set. 2022.

MURAKAMI, T. R. M.; FAUSTO, S. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **Incid**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.185- 201, set.2013.

Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/9d3ea3bc-7731-40ce-a8bd-60fd1de13ea3/002752918_1.pdf. Acesso em : 03 jan 2023.

OpenDoar. **OpenDOAR Statistics**. Disponível em:

https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html . Acesso em 3 jul. 2022.

PRODANOV C. C. ; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico--2-edicao> . Acesso em: 09 mar. 2022.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. *In: SAYÃO, Luis. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação.* Salvador: EDUFB, 2009. p. 163-202. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.